

ELA ELETRICISTA: A EMANCIPAÇÃO DA MULHER PELO TRABALHO

SHE ELECTRICIAN: EMANCIPATION OF WOMAN BY WORK

ELLA ELECTRICISTA: EMANCIPACIÓN DE LA MUJER POR TRABAJO¹

Livia Maria Santos da Silva

Email: liviamaria201630@gmail.com

IFSP - Instituto Federal de São Paulo, Campus Avançado em Tupã, SP

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal Campus Avançado Tupã/SP participa do Programa de Mulheres do IFSP na tentativa de promover a lógica da inclusão, frente ao predomínio da lógica “meritocrática” na educação brasileira. Trata-se de incluir mulheres, de 16 à 70 anos e em situação de vulnerabilidade, no ambiente “privilegiado” da produção de conhecimento tanto para o mercado de trabalho, quanto para a formação pessoal e social. Para a mulher vulnerável, a profissão de eletricista não deve representar apenas a possibilidade de ganho econômico, mas a de romper estigmas de gênero e, a partir daí, desenvolver a autoestima e a habilidade de um convívio social mais justo. Além de oficinas, palestras e rodas de conversa, oferece-se um curso de eletricista instaladora predial de baixa tensão que integra a formação profissional à formação pessoal e cidadã. Desse modo, o IFSP Câmpus Avançado Tupã concilia sua oferta com a demanda econômica e afetiva das mulheres tupãenses em situação de vulnerabilidade.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no intervalo entre 2016 e 2017, a Organização não Governamental Oxfam Brasil identificou uma piora na desigualdade entre os ganhos médios dos homens e o das mulheres. Em 2017, a participação feminina de 72% na renda masculina caiu para 70% pela primeira vez em 23 anos. A renda média dos homens cresceu pouco mais de 5% e das mulheres pouco mais de 2%. Na metade mais pobre do país, as mulheres perderam 3,7% dos seus rendimentos e os homens, 2%. Na população negra, os ganhos sofreram um encolhimento de 2,55%, enquanto que, na branca, eles subiram 3% (DINIS; BOEHM, 2018). Com informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

¹ O trabalho obtém financiamento da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de São Paulo.

(PNUD), da Fundação João Pinheiro e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o serviço digital atlasbrasil.org identifica no município de Tupã a existência de 9,12% de mulheres do total de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filhos. A partir desses dados, é fácil deduzir que a condição da mulher vulnerável (especialmente preta e de baixa escolaridade) tenha se deteriorado. Além do mais, o comércio é o setor que mais emprega mulheres no município, mas o perfil das empregadas está longe de ser a do público alvo desta ação. Diante do conservadorismo um tanto quanto "higienista" desta cidade interiorana, o trabalho autônomo do serviço de eletricitista residencial e a provável demanda por eletricitistas mulheres empoderadas e não vitimizadas seja a saída para as que estão excluídas da escola e do mercado de trabalho.

O Programa Mulheres do Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP) aposta que a existência do ensino profissionalizante integrado e vertical de suas unidades pode representar a oportunidade de inclusão social e educacional das mulheres vulneráveis. O Campus Avançado de Tupã oferece curso de formação inicial e continuada (FIC) de auxiliar de eletricitista instaladora predial de baixa tensão, além de equipe de pesquisa, extensão, orientação pedagógica e assistência social. Portanto, o IF do município tem as condições fundamentais para articular a escolarização à habilitação profissionalizante das mulheres em condição de vulnerabilidade social, integrando o conhecimento acadêmico com o itinerário formativo delas. Formar uma auxiliar de eletricitista enfrenta tanto o estereótipo de gênero, quanto atende a demanda de mulheres que prefeririam contratar outras para prestar o serviço de eletricitista em casa, sem serem constrangidas pelos riscos e desconfortos provocados pela cultura machista, inerente à sociedade patriarcal ainda predominante.

METODOLOGIA

Para enfrentar as dificuldades presentes na complexidade da proposta, além da sensibilização por meio da apresentação do diagnóstico da comunidade e das mulheres envolvidas pelo projeto, contextualizar histórica e socialmente a biografia de todos/as os/as envolvidos/as no Projeto para evitar noções preconcebidas de gênero, raça e de classe (COLLINS, 2015; CRENSHAW, 2004). O questionário sócio-econômico deverá identificar a pessoa, sua renda, seu convívio domiciliar, seus saberes, escolaridade, sua situação no mercado de trabalho e suas expectativas gerais. Em parceria com o CRAS do

bairro, a análise da comunidade deverá identificar quais organizações sociais estão já articuladas com o público visado (desde associação de bairro, lideranças “espontâneas” até entidades religiosas) e buscar articulação com elas. Espera-se que o envolvimento dos/as parceiro/as favoreça a permanência das alunas e, posteriormente, permita realização consistente de planos e possibilidades de trabalho e emprego, sem deixar de primar pela continuidade dos estudos acadêmicos.

Desafia-se à comunidade do Campus a acolher e integrar o público alvo, as/os servidoras/es, os/as parceiros/as, as/os docentes, as/os gestores e as/os discentes entre si e em geral. Com isso, pretende-se evitar, de um lado (entre os/as servidores/as, docentes, especialistas e parceiros/as), o voyeurismo intelectual e o "paternalismo" e, de outro (entre o público alvo), evitar a condescendência acrítica a qualquer orientação verticalizada. As relações deverão primar pela horizontalidade, pela responsabilidade e pela autonomia de cada qual entre todas/os. Finalmente, além de rodas de conversa e oficinas, o cumprimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Formação Inicial e Continuada (FIC) tem como prioridade a emancipação pessoal, profissional, intelectual e a socialização da mulher vulnerável não redunde em objetificação e subalternidade (FREIRE, 1987; BRASIL, 2011a);

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como consequência da mundialização do capital, previu-se a degradação das condições sociais e econômicas dos grupos minoritários e periféricos ao sistema, seja dentro dos países centrais, seja dentro das regiões periféricas da Ásia, dos continentes periféricos como a África e a América Latina. No Brasil, as políticas públicas propostas pela ONU, pela UNESCO e pelo Banco Mundial foram apropriadas e adaptadas por instituições públicas e movimentos sociais, como o feminista (NOBRE, 2016; COLLINS, 2015). O Programa Mulheres do IFSP é herdeiro dessa confluência e, por isso, faz o recorte pela via de gênero, raça e classe social da mulher brasileira. O Programa Mulheres Mil, de 2008, entendia que a inclusão social e econômica da mulher chefe de família e em condição de vulnerabilidade social se daria por aquelas que vivem à margem, inclusive, do sistema público de ensino. A lógica do mérito não serve à inclusão dessas mulheres. Diante do alto índice de desemprego dos últimos anos, no Brasil, elas estão excluídas da vida social, escolar e do mercado de trabalho logo de saída (ROSA, 2016).

Elas não passariam no vestibular porque, provavelmente, seu grupo social desconhece até mesmo a existência do Instituto Federal em sua cidade.

Por isso, a proposta de articular o Instituto Federal (IF) às instituições como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e/ou como a organização de moradores, de trabalhadores, de movimentos sociais identitários, secretarias de educação locais, etc. Tudo isso a fim de incluir a mulher, periférica, possivelmente preta/parda, fora do "padrão", chefe de família, de baixa escolaridade, numa instituição de ponta na produção de ciência e de tecnologia. Ela não teria acesso a essas vantagens seja pelos seus contatos sociais, seja pela lógica da meritocracia. Nesse sentido, o Programa das Mulheres do IFSP seria uma antessala, não apenas para uma inclusão formal ou informal no mercado de trabalho, mas também para uma inclusão na vida acadêmica e na produção de ciência numa instituição pública de ensino integrada e verticalizada, como são os IFs (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2014b). Dessa forma, no Brasil, o feminismo de esquerda subverte as políticas públicas afirmativas e de inclusão social do feminismo liberal (ou neoliberal) em políticas de emancipação e humanização das relações sociais, nos seus níveis afetivos, sociais, simbólico-culturais e econômicos (ROSA, 2016; NOBRE, 2016).

Diante da complexidade do problema, a condição subalterna do gênero feminino deve estar imbricada com as variáveis de classe social e de raça. Tudo isso, para não cometer os erros de uma compreensão estereotipada das relações sociais na elaboração e na execução das políticas públicas de contenção de danos do esquema neoliberal. Assim, corre-se o risco de reproduzir as injustiças, a dominação e a subalternidade na relação entre os grupos sociais periféricos expostos ao desalento e o grupo "privilegiado" dos servidores do IF (COLLINS, 2015; CRENSHAW, 2004; FREIRE, 1987; RIBEIRO, 2017). Desde o Plano Real, em épocas de crise e/ou de estagnação econômica e sob hegemonia de forças conservadoras, o capitalismo brasileiro promove políticas econômicas de contenção de gastos públicos (especialmente os de caráter social) e seu inerente aumento de desemprego e de endividamento familiar. Esse contexto tensiona ainda mais os fios das relações sociais entre certa classe média, masculina, branca, ressentida e/ou arrogante e certa classe baixa, feminina, periférica, chefe de família, insegura e condescendente. Desse modo, um ambiente escolar contaminado pelos preconceitos do senso comum prático pode deturpar o objetivo de qualificar a mulher vulnerável para uma inserção consciente, cidadã e autônoma, seja no mercado de trabalho,

seja na produção de ciência e de tecnologia. Essa inclusão emancipatória desejada começa a partir de um acolhimento afetivo, empático, autêntico, integrador e promotor da igualdade entre pessoas marcadas pela diversidade de gênero, de raça; bem como, entre pessoas condicionadas pelas desigualdades sociais e econômicas. (COLLINS, 2015; CRENSHAW, 2004; FREIRE, 1987; MORENO, 2015; NOBRE, 2016; ROSA, 2016; RIBEIRO, 2017) Por isso, todo cuidado com a conceituação, com a metodologia e com o acerto das ações necessárias à execução do projeto e à efetivação dos resultados esperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser derivado de políticas de “contenção de danos”, é evidente que o Projeto não tem condições de enfrentar as causas fundamentais do problema da exclusão social e, portanto, de reverter sistematicamente as condições de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres previstas no público alvo. A aposta neoliberal no “indivíduo empreendedor de si mesmo” poderá gerar um ou outro caso de exceção que confirmará a regra geral excludente do modelo social predominante nos tempos atuais.

Já ao longo do andamento do Curso, vê-se a preocupação das discentes com a escassez de tempo e recursos disponíveis para enfrentar as terríveis condições da vulnerabilidade social em um bairro periférico de um município pobre, contextualizado num país que se insere de modo subserviente na órbita global.

De qualquer forma, a experiência mostra os alcances e limites das soluções individualistas e técnicas propostas de cima para baixo, por meio das instituições públicas legitimadas pelo sistema social predominante. Esperamos que o grupo de mulheres consiga formar uma Associação e, com isso, enfrentar com mais êxito o isolamento social a que são relegadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Programa Nacional Mulheres Mil – Educação Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2011a. <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 01/05/2019.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Brasília, 2011b. <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 01/05/2019.

COLLINS, Patrícia Hills. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise conexão. In: MORENO, Renata (org.) Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4)

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

DINIS, Maiana; BOHEM, Camila. Diferença salarial entre homens e mulheres aumenta. <Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-11/diferenca-salarial-entre-mulheres-e-homens-aumenta-apos-23-anos>> Acesso em: 01/05/2019

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORENO, Renata. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In: MORENO, Renata (org.) Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4)

NOBRE, Mirian. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. Estudos Feministas, 24(2), 292, maio-agosto, 2016.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, Stela Marcia Moreira. Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero. Florianópolis: UFSC, 2016. (Dissertação – mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência da Educação. Programa de pós-graduação em Educação)